



**ATA 1954ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos vinte e um dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às quinze
2 horas, realizou-se a milésima noningentésima quinquagésima quarta reunião
3 Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª
4 Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 27 (vinte e
5 sete) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir
6 indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel
7 Paulon, Evelyn Sayeg, Fábio Silvestre da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi
8 Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria Rozineti Gonçalves, Monalisa
9 Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Reginaldo Branco da Silva, Suely
10 Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Marques de Mattos,
11 Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo
12 Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna
13 Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker
14 Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta, Maurício Marinho Iwai, Rodrigo
15 Fernando Presotto e Rodrigo Toledo. Estiveram presentes também o gestora
16 da Subsede de São José do Rio Preto, Kleber Chaves Pereira. **ORDEM DO**
17 **DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** - Foram consideradas
18 as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Camila Teodoro
19 Godinho, Maria das Graças Mazarin de Araújo e Beatriz Borges Brambilla. 1.2)
20 Secretaria da Plenária Ordinária – Considerando a ausência justificada da
21 conselheira secretária, Camila de Freitas Teodoro, a plenária será secretariada
22 pela conselheira vice-presidenta, Clarice Pimentel Paulon. **1.2) Realização De**
23 **Plenária Extraordinária** – A mesa diretora comunica que devido ao adiantado
24 da hora e à pauta extensa desta sessão plenária, será convocada nova
25 plenária extraordinária, a ser realizada em 03 de fevereiro (sexta-feira), a partir
26 das 19h. **1.3) REUNIÃO DE COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA (COE) E**
27 **COMISSÕES GESTORAS DAS SUBSEDES (20/01/2017)** – A conselheira
28 Andrea Mataresi contou ao plenário que na noite do dia 19 de janeiro, foi
29 realizada a reunião da COE com todos os coordenadores de subsedes,
30 conforme encaminhamento da Plenária Extraordinária 1951, de 13 de janeiro
31 de 2017. Na reunião, foram repassadas as atribuições da Comissão nas
32 subsedes e os passos para uma se ter uma regionalização plena. Além disso,
33 também se explicou o que é Processo Disciplinar Ordinário (PDO) e foi
34 comentado sobre possíveis impedimentos em ter uma mesma pessoa
35 compondo COE e COF e essa questão foi alinhada com as subsedes. Todas



36 as subsedes apresentaram suas dificuldades em relação às questões de COE.
37 As conselheiras Bruna Lavinias Jardim Falleiros e Ivani Francisco de Oliveira
38 informaram sobre as reuniões de pareceres que fazem nas regiões.
39 Informaram que serão realizadas mais três reuniões neste mesmo formato que
40 deverão contar com a presença da/o coordenadora/or ou membro da comissão
41 gestora. Informou ainda que o calendário acordado na reunião: a)
42 Regionalização Imediata: Subsedes de Assis e Baixada Santista – para isso,
43 será agendado o treinamento da assistente técnica de Assis; b) Maio:
44 realização de nova reunião e a regionalização das Subsedes de Bauru e
45 Ribeirão Preto; c) Agosto: realização de nova reunião e a regionalização da
46 Subsede de São José do Rio Preto, Campinas e da região Metropolitana, que
47 assumirá um dos grupos que atualmente estão na sede; e, d) Novembro:
48 regionalização na Subsede de Sorocaba e uma a última reunião para avaliar o
49 processo e deixar registros para as gestões futuras. Ficou definido que as
50 minúcias de cada Subsede serão discutidas no coletivo formado pelos gestores
51 e pela conselheira Andrea Mataresi, enquanto presidente da COE. Andrea
52 Mataresi finaliza informando que foi um reunião produtiva e que ficou animada
53 com os encaminhamentos. **II) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS**
54 **FÍSICA E JURÍDICA** – Clarice Pimentel Paulon submete ao plenário a
55 apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP
56 SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa
57 Física - 319 (trezentas e dezenove) Inscrições Novas; 80 (oitenta) Reativações;
58 6 (seis) Inscrições Secundárias; 16 (dezesesseis) Inscrições por transferência; 4
59 (quatro) Suspensões da Solicitação por Desistência; 21(vinte e uma)
60 Cancelamentos por Transferência; 6(seis) anulações do cancelamento ex-
61 officio; 23(vinte e três) cancelamentos por não apresentação do Diploma.
62 Pessoa Jurídica 41(quarenta e um) registros; 2(dois) cadastros; 3(três)
63 alterações contratuais e 18(dezoito) cancelamentos a pedido, conforme folha
64 anexa que é parte integrante desta ata. **III) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**
65 **ESPECIALISTA** – O Plenário tomou conhecimento da relação de psicólogas
66 (os) para aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:** Na
67 modalidade Residência Multiprofissional deferiu-se 4 (quatro) na área de
68 Psicologia da Saúde. Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 12
69 (doze) na área da Psicologia do Trânsito; 3 (três) na área de Psicologia Clínica;
70 16(dezesesseis) na área de Neuropsicologia. Na modalidade Cursos IES deferiu-
71 se 11 (onze) na área de Psicologia de Trânsito; 3 (três) em Psicologia Clínica, 2
72 (duas) em Psicologia Hospitalar, 3 (três) em Psicopedagogia, 1(um) em
73 Psicomotricidade, 4(quatro) em Neuropsicologia e 1(um) em Psicologia da



74 Saúde. Na modalidade Concurso deferiu-se 1 (um) em psicologia do trânsito.
75 Sendo assim, o total geral de títulos de especialistas ratificados representa 61
76 (sessenta e um), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV)**
77 **CRENCIAMENTO DE SITES** – Foram analisados 29 (vinte e nove)
78 processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a
79 14(catorze) pedidos com protocolos: 406022403(CRP 103562), 206236486
80 (CRP 86432), 106134545(CRP 113968), 506512614 (CRP 105372) -
81 renovação, 106238883 (CRP 121815), 006836928 (CRP 113974), 106838202
82 (CRP 129740), 706238467 (CRP 115616), 306538261 (CRP 29493),
83 206615122 (CRP 19571) - renovação, 306337454 (CRP 119272), 506840948
84 (CRP 94492), 806607731 (CRP 31790) - renovação, 206740504 (CRP 12903).
85 Concedeu parecer desfavorável às solicitações de selo com os protocolos
86 406435917 (CRP 81640), 506438110 (CRP 58339), 606735281 (CRP 117365).
87 Parecer que não se aplica os pedidos com protocolos 506839142 (CRP
88 80681), 406438846 (CRP 78120), 406836102(CRP 8000), 106309230 (CRP
89 67797), 006737474 (CRP 35199), 106637276 (CRP 53557), 400 (CRP 95318)
90 e 006236796 (CRP 124080). Parecer de Cancelamento aos protocolos:
91 706439183 (CRP 100569); 806240261 (CRP 100012); 806739588 (CRP
92 109573), 006317383 (CRP 119247), conforme folha anexa que é parte
93 integrante desta ata. **V) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA** – O conselheiro
94 tesoureiro Vinícius Cesca de Lima informou que houve extravio de um *tablet* no
95 departamento de Comunicação. Informou que houve tentativa dos funcionários
96 do setor de localizá-lo, mas não houve êxito. Assim, há demanda para abertura
97 de Sindicância a fim de verificar esse fato. Informou que a Comissão de
98 Sindicância, deverá ser formada por 3 (três) conselheiras/os. Sendo que é
99 recomendável que não seja membro da Diretoria e que sejam conselheiras/os
100 da cidade de São Paulo. O prazo é de 30 (trinta) dias para finalizar os
101 trabalhos, prorrogáveis por iguais períodos. Aristeu Bertelli da Silva
102 complementou informando que no plenário anterior participou de uma
103 Sindicância e esclareceu que é a própria Comissão que define a quantidade de
104 encontros. Informou também que a Comissão tem apoio do jurídico. O trabalho
105 da Comissão resultará em um relatório final, que será submetido para análise e
106 deliberação do plenário. Evelyn Sayeg solicita ser informada a respeito de
107 demandas do setor do qual coordena a respectiva Comissão e se dispõe a
108 compor esta Comissão de Sindicância. Considerações do plenário: 1)
109 Questionou-se se o fato da conselheira Evelyn Sayeg ser coordenadora da
110 Comissão responsável pelo setor onde houve o extravio poderia ser
111 considerado como impedimento para que componha também a Comissão de



112 Sindicância. 2) Pontuou-se que considerando que está sendo instituída uma
113 sindicância, para que não haja questionamentos, é prudente que a Evelyn
114 Sayeg não participe. 3) Há manifestação de que não se consegue vislumbrar
115 motivos para que a participação da conselheira Evelyn Sayeg na Comissão
116 possa vir a gerar nulidade em relação aos trabalhos da Comissão. Assim,
117 entende-se preferível que a decisão seja algo que dê segurança em relação à
118 validade do processo. 4) Questionou-se a razão pela qual a Diretoria não pode
119 compor a Comissão de Sindicância, pois explicar um possível impedimento
120 para que Evelyn Sayeg esteja no grupo. 5) Questionou-se quando foi
121 identificado o desaparecimento do tablete. Aristeu Bertelli da Silva informou
122 que na Sindicância que participou durante a gestão passada havia uma
123 situação que envolvia dinheiro e, portanto, a tesouraria e que esse era um
124 impedimento para comporem a comissão. Em seu entendimento, na situação
125 atual, o importante é que se verifique se Evelyn Sayeg se sente confortável em
126 compor a Comissão. Vinicius Cesca de Lima esclarece que a notificação do
127 sumiço do tablet foi feita em 12 de dezembro. Magna Damasceno Barboza,
128 Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri e Maurício Iwai se
129 dispõem a compor a Comissão. Tendo em vista que já há conselheiras/o
130 interessadas/o em número suficiente para essa composição, Evelyn Sayeg
131 informa que prefere não compô-la. **Encaminhamento:** O plenário define a
132 instauração de uma Comissão de Sindicância para averiguar os fatos
133 referentes ao desaparecimento de um tablet no Departamento de
134 Comunicação. A Comissão será composta pelas/o conselheiras/o Magna
135 Damasceno Barboza, Maurício Iwai e Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
136 Bicudo Guarnieri. **VI) ASSUNTOS FINANCEIROS** - O conselheiro Cesca de
137 Lima retoma que o tema Assuntos Financeiros é um ponto permanente da
138 plenária. **6.1 – Informes Financeiros** – Comunicou ao plenário a posição
139 financeira atual do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo: a) Saldo em
140 Banco: R\$ 15.089.406 (quinze milhões, oitenta e nove mil, quatrocentos e seis
141 reais); b) Aplicação em CDB: R\$14.929.450 (quatorze milhões, novecentos e
142 vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais); c) Arrecadação: R\$3.253.512
143 (três milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e doze reais); d)
144 Taxa efetiva: 9% - o que indica que a má qualidade do boleto não interferiu na
145 arrecadação- ; e) Novos inscritos no período: f) 125; Reativados: 90; g)
146 Cancelados: 151. Recordou que o Banco do Brasil informou que não faria a
147 impressão e distribuição dos boletos. Após negociação, aceitaram fazer, mas
148 não da mesma forma. Reforçou que embora a qualidade dos boletos seja ruim,
149 não impactou na arrecadação. Porém, considera que devido ao fato de a



150 parcela única e as duas primeiras parcelas - para aqueles que preferirem
151 parcelar - estarem na mesma página, é possível que haja confusão com
152 pagamento em duplicidade. **6.2 – Informe sobre Relatórios de Atividades**
153 **nas Plenárias** – Vinicius Cesca de Lima informa que, a partir desta plenária,
154 as/os presentes (conselheiras/os, gestoras/es e convidadas/os) deverão
155 assinar Relatórios de Atividades para que seja realizado o pagamento de ajuda
156 de custo. Explicou ainda que se trata de um acordo feito entre a tesouraria e o
157 Departamento Financeiro e que é também uma exigência da Resolução. No
158 entanto, anteriormente, o pagamento estava sendo feito somente por meio da
159 lista de presença. A esse respeito, na Etapa 3 do PE foi feito controle somente
160 pela lista de presença e até o momento não foi possível realizar o pagamento
161 das ajudas de custo, pois não foi possível verificar todas as informações
162 necessárias. Informa que o preenchimento do Relatório de Atividades teria
163 facilitado o processo. Reforçou ainda que as plenárias éticas e de julgamento
164 também deverão ter a assinatura de Relatórios de Atividades. Há manifestação
165 de que foi realizada uma atividade na sede, mas que foi informado que ainda
166 não haveria relatório de atividades para assinatura porque o instrumento estava
167 sendo alterado. Assim, questiona-se se realmente não haverá preenchimento
168 até a reformulação do formulário. Vinicius Cesca de Lima informou que o RA
169 está passando por mudanças, mas até que se informe a alteração, o modelo
170 anterior continuará sendo utilizado. A única observação para o pagamento e
171 preenchimento do relatório de atividades é que sejam ações ordinárias, uma
172 vez que não há centro de custo aprovado para contemplar as demais ações.
173 **6.3 – Proposta de Alteração da Resolução CRP 06 n° 01/2002, com a**
174 **exclusão do pagamento de jetons** – O conselheiro tesoureiro contextualiza
175 ao plenário que o jeton, enquanto verba de gratificação, está prevista em lei.
176 No Sistema Conselhos é regulamentado pela Resolução CFP n° 10/2007, que
177 delega aos Regionais decidirem acerca desse pagamento, que é opcional.
178 Informou ainda que no legislativo não há esse pagamento. Já, no executivo, há
179 o pagamento quando é realizada ação extraordinária ao cargo exercido, o que
180 não é o caso no CRP. Pontuou que esse pagamento extrapola o caráter de
181 ressarcimento e pode ser considerado como pagamento de caráter
182 indenizatório. Acrescentou que se trata de uma prática muito questionada pelos
183 Tribunais de Conta. Informou que o montante pago em jeton no período de em
184 um ano é de aproximadamente R\$150.000 (cento e cinquenta mil reais). Outra
185 questão que deve ser considerada é que há pagamento sobreposto de jeton e
186 ajuda de custo quando ocorrem as plenárias. Explicou que no calendário
187 proposto nesta gestão, há 3 (três) plenárias (Éticas e de Julgamento)



188 ocorrendo em um mesmo dia, às sexta-feiras, e o jeton é pago por sessão
189 plenária, ou seja, se a/o conselheira/o estiver no quórum das três plenárias,
190 receberá três jetons, além do recebimento da ajuda de custo e do
191 ressarcimento do custo de deslocamento, quando intermunicipal. Seu
192 entendimento é que o pagamento de jeton tem caráter indenizatório, que é algo
193 que o CRP não pode praticar. Lembra que as ajudas de custo são para
194 custear os gastos com estacionamento, transporte intramunicipal e
195 alimentação. Quando há transporte intermunicipal, o pagamento é à parte e as
196 despesas com essa questão devem ser integralmente ressarcidas. E caso as
197 despesas que devem ser cobertas pela ajuda de custo excedam o valor
198 padronizado, essa também deve ser complementada, de modo a cobrir o gasto
199 real. Considerações do plenário: 1) Comentou-se sobre a preocupação com a
200 economicidade, que é legítima, e que o entendimento é que o plenário não se
201 utiliza do CRP como espaço para remuneração pessoal. Porém, para aqueles
202 que são residentes nas regiões das Subsedes, há possibilidade de necessitar
203 de dispensar o dia inteiro para estar presente na plenária, considerando as
204 horas gastas com os deslocamentos e, dessa forma, há impactos na vida
205 pessoal e também profissional. Para aqueles que já que residem na capital ou
206 próximo, é possível manter as atividades profissionais e participar das
207 plenárias. Dessa forma, entende-se que não se deve ter a extinção total do
208 jeton. 2) Informou-se que houve espanto ao verificar que havia sido recebido
209 um alto valor pelo jeton e, somente após diálogo com o departamento
210 financeiro, que se descobriu que o pagamento era feito por sessão plenária e
211 não pelo dia. 3) Manifestou-se que o valor pago como ajuda de custo é alto
212 para a maior parte das atividades realizadas, quando geralmente os gastos não
213 atingem esse valor. Sugerindo-se assim que fosse pensada em uma forma de
214 flexibilizar o valor. Vinicius Cesca de Lima informa que a Resolução deste CRP
215 SP é mais antiga que a Resolução do Conselho Federal e à lei que
216 regulamenta o assunto. Foi solicitado parecer jurídico que indicou que quando
217 há divergência entre as Resoluções, a validade é da Resolução Federal e, do
218 mesmo modo, quando a Resolução regional é omissa, vale o disposto na
219 resolução nacional. Acrescenta que a normativa do Conselho Federal
220 possibilita que haja pagamento menor, mediante a apresentação dos
221 comprovantes, de forma que seja pago somente o valor efetivamente gasto. Na
222 realização dos projetos do CRP, o combinado da gestão é que a organização
223 vise à economicidade, assim, entende que havendo um meio-termo em todos
224 os tipos de custeio é importante e difere de uma economia apenas pessoal. 4)
225 Informa-se que inicialmente há aprovação à extinção do jeton, no entanto, a



226 consideração inicial colocou dúvida. Assim, questiona-se se há alguma
227 proposta que possa ser um meio-termo. 5) Pondera-se que uma possibilidade
228 seria limitar o pagamento de jeton a um por dia. 6) Manifestou-se que muitos
229 não tinham conhecimento de que o pagamento era realizado por sessão
230 plenária. 7) Indicou-se que cada conselheira/o tem suas dificuldades e
231 singularidades e é difícil analisar o gasto que cada um tem para participar das
232 plenárias. 8) Sugere-se revezamento das/os conselheiras/os nas atividades,
233 inclusive para que todas/os possam participar de todas as atividades, como
234 julgamentos e Plenárias Éticas. O que poderia ser uma forma de equilibrar
235 essa questão de cobrir as despesas, participar das atividades e ressarcir
236 aqueles que deixaram de exercer suas atividades particulares para trazer a
237 contribuição para o CRP. 9) Pontua-se que enquanto conselheira/o, deve-se
238 cumprir algumas atividades ordinárias pelo CRP, e o tempo destinado para
239 esse fim varia de acordo com a região de cada um. Pontuando-se que para
240 participar de uma plenária que ocorre pela manhã, dependendo da região de
241 residência da/o conselheira/o, é necessário vir no dia anterior, o que aumenta
242 os custos por conta da necessidade de hospedagem. 10) Quanto à proposta de
243 revezamento nas atividades, pontua-se que quando uma/um conselheira/o do
244 interior vem a capital, procura participar do maior número de atividades
245 possível. Vinicius Cesca de Lima explica que não é possível limitar o número
246 de jetons por dia, pois este CRP SP não tem essa capacidade regulatória, uma
247 vez que é algo regulamentado pela Resolução do Conselho Federal. Outra
248 questão que apresentou é que a realização de três plenárias em um mesmo dia
249 pode gerar questionamento sobre o motivo da realização de três plenárias em
250 um mesmo dia, sendo que no dia seguinte, sábado em que é realizada a
251 Plenária Ordinária, é realizada apenas uma que dura o dia todo. Pode-se
252 entender que é feito fracionamento para que o valor recebido seja maior.
253 Reforça que se trata de um cargo eletivo sem remuneração e que as pessoas
254 voluntariamente se dispuseram a participar. Há pagamento de ajuda de custo
255 como forma de indenização pelos gastos para a atividade realizada. Pontua
256 que ainda que haja mérito no que é apontado, não se pode seguir esse
257 raciocínio, pois os eventuais custos financeiros com a necessidade de
258 ausentar-se das atividades profissionais são uma despesa não indenizável.
259 Quanto à proposta de revezamento, pondera que acarretaria uma despesa
260 ainda maior porque geraria outros custos. Nesse sentido, sugere que o plenário
261 faça a leitura da Resolução CFP nº 10/2007, especificamente da 'Norma 7',
262 que versa sobre esse ponto e que utiliza uma lógica muito diversa daquela
263 utilizada pelo CRP SP. A normativa do CRP SP adianta que se há impacto no



264 tempo de deslocamento, é possível que se tenha um acréscimo no valor da
265 ajuda de custo porque implica em mais despesas. Ou seja, é algo que já
266 poderia estar sendo realizado pelo CRP, mas não sabe se isso já contemplaria
267 a questão apresentada. O conselheiro presidente Aristeu Bertelli da Silva se
268 posiciona contrário ao pagamento de jeton. Pontua que atua Sistema de
269 Justiça, onde historicamente são aplicadas verbas remuneratórias, mas que
270 juridicamente não se configuram como remuneração. É a esta história que o
271 jeton está vinculado; ou seja, a privilégios. Reforça que o jeton se instituiu no
272 Brasil em diversos sistemas públicos e, nesse sentido, reforça que este
273 plenário é formado por profissionais conselheiros/os e não por conselheiros/os
274 profissionais. Pondera que, diferente de outros conselhos profissionais, onde
275 quando eleitos, os conselheiros se afastam de sua atividade profissional
276 original e passam a depender financeiramente das verbas providas pela
277 autarquia. A lógica trazida pela Resolução do CFP é muito interessante e não
278 se deve aviltar as/os conselheiros/os de forma que tenham prejuízos
279 financeiros, mas não pode haver remuneração. Andrea Mataresi, presidente da
280 Comissão de Ética, concordou com a necessidade de revezamento das/os
281 conselheiros/os nas atividades, mas indicou que há alguns que não conseguem
282 participar das plenárias que ocorrem pela manhã, o que acaba
283 sobrecarregando outros, que são aqueles que têm disponibilidade. Novas
284 considerações do plenário: 1) Indica-se que participar de Plenárias éticas e
285 Ordinárias deve sim ser visto como militância, pois é o momento, inclusive, de
286 se sustentar o espaço de posicionamento político. 2) Indicou-se que compor a
287 chapa para participar do plenário é uma escolha que cada um fez e que traz
288 algumas perdas, mas também há ganhos pessoais derivados da condição de
289 conselheira/o, como o de poder se inserir em alguns espaços de discussão, por
290 exemplo. Dessa forma, há manifestação favorável a extinção do jeton. 3)
291 Indicou-se que ainda há dúvidas sobre as atividades que geram ajuda de custo
292 e o limite dessas atividades. Vinicius Cesca de Lima explica que a ajuda de
293 custo é limitada por atividade e não por cargo ou pessoa. Informa que por
294 atividade de comissão gestora, o limite são dois relatórios por semana e que
295 para representação em órgão de controle social, o limite é um por mês. Ainda a
296 esse respeito, comentou que o limite para a Comissão de Auditoria e Controle
297 Interno - CACI é de uma atividade por mês, o que, a seu ver, deve ser revisto.
298 Informa que desde a plenária de outubro vem sendo pensada uma alteração
299 nas normativas sobre ajuda de custo, diárias e jetons. A minuta que será
300 proposta já foi encaminhada para considerações técnicas e de parecer jurídico
301 e esses foram recebidos na última semana. Portanto, a minuta será



302 compartilhada com todos/as a minuta, para que apresentem suas
303 contribuições. Desse modo, comunicou que sua ideia é compartilhar a minuta
304 com o plenário para que todas/os possam dar suas contribuições. Nessa
305 minuta já está indicado o que não é possível alterar pois já consta na
306 Resolução Federal. No parecer jurídico explicita-se que é possível interpretar a
307 Resolução deste CRP SP à luz da Resolução nacional, mas é algo que gera
308 insegurança jurídica. Informa também que não há como este Regional apenas
309 revogar a Resolução regional e utilizar somente a nacional, pois na normativa
310 nacional há o indicativo de que os critérios devem ser regulamentados
311 regionalmente. Por essa razão, o ideal é que seja feita a alteração da
312 Resolução. Aristeu Bertelli da Silva pontua que no seu entendimento já é
313 possível extinguir o pagamento do jeton e indicar que o plenário está
314 trabalhando na atualização da Resolução, cuja minuta será compartilhada com
315 os membros deste coletivo. Portanto, propõe-se a exclusão imediata do
316 pagamento de jetons. **Encaminhamento: 1)** Posto a votação, por
317 unanimidade, o plenário decide extinguir o pagamento de jetons. Assim, aprova
318 a alteração da Resolução CRP 06 n° 01/2002, onde serão revogados os
319 Artigos 9º e 10º e retiradas as menções a jeton no artigo 11º e no Anexo 1 do
320 documento. 2) A minuta para nova Resolução sobre ajudas de custo e diárias
321 será compartilhada com o plenário para que possam dar suas contribuições. O
322 assunto retornará a pauta da Plenária Ordinária do dia 18/02, para deliberação,
323 já considerando as contribuições recebidas. **VII) PLANO DE AÇÃO 2017 –**
324 Vinicius Cesca de Lima informou sobre as dificuldades que teve a algumas/uns
325 conselheiros/os para organizar e sistematizar o plano de ações. Entre as
326 dificuldades, havia muitas ações cuja indicação de responsáveis estava errada,
327 muitas ações em duplicidade e ações semelhantes cujo valor orçado estava
328 muito distante. Indica que o seu entendimento é o Centro de Custo que deve
329 ter compartilhada a responsabilidade da gestão, não ficando somente a cargo
330 da tesouraria. Por essa razão, indica para cada rubrica do Centro de Custo a/o
331 gestora/or. Apresentou para o plenário uma versão prévia do Plano de Ações,
332 já com orçamento, para considerações e aprovação do plenário. Indicou que
333 será necessária a readequação do valor orçado para algumas ações, pois o
334 valor extrapola o total disponível. Sugere-se que seja retirado um valor irrisório
335 de cada ação, de modo a solver a questão. O conselheiro tesoureiro acorda
336 com a proposta, mas contrapropõe que sejam realizados cortes nos valores
337 das ações cujo valor orçado é alto, como Campanha que dará continuidade ao
338 projeto Psicologia Todo Dia em Todo Lugar e a rubrica de representação.
339 Explica que o corte mesmo que pequeno de verba para algumas rubricas será



340 bastante sentido, por essas já terem uma valor baixo orçado e pode ser
341 prejudicial a sua execução. Defende-se que o valor não seja retirado da
342 rubrica para apoios e parcerias, pois trata-se de um valor importante para
343 aproximação com territórios áridos, e possibilita realizar articulações. Evelyn
344 Sayeg indica que é possível retirar valores também da rubrica de Custeio da
345 Comissão de Comunicação, que é uma verba somente para os custos com
346 reuniões da comissão e que entende que está supervalorizado o orçamento. O
347 plenário percebe que há uma ação que não foi incluída no sistema. Pontua-se
348 a importância dessa ação e a necessidade de que esteja contemplada no
349 Plano de ações. Trata-se de uma ação cuja a ideia é realizar uma caravana
350 sobre luta antimanicomail, que congregaria movimentos sociais e que tratia a
351 questão da regionalização. As subsedes seriam referência e passariam nas
352 regiões fazendo eventos de acordo com as demandas que as subsedes
353 trariam. A caravana seria para dois anos, sendo que este ano seria finalizada
354 em Bauru, devido a comemoração de aniversário da Carta de Bauru. Seria uma
355 ação importante para aglutinar e unir movimentos sociais de todo o estado,
356 além de realizar ações regionalizadas. Foi algo uma ação muito discutida, tanto
357 no planejamento da Comissão de Direitos Humanos (CDH) quanto da
358 Comissão de Políticas Públicas (CPP). Ponderou-se a importância do cuidado
359 no momento do envio das ações, para que não tivesse ocorrido essa falha.
360 Sugere-se que o valor destinado às campanhas seja repensado, de modo a
361 também contemplarem essa ação. O plenário entende, então, que diferentes
362 valores podem ser retirado das Campanhas, para que dê conta de compor o
363 orçamento, com a inclusão desta ação. **Encaminhamento:** Com as alterações
364 indicadas pelo plenário, o Plano de Ações é aprovado pelo plenário. **VIII)**
365 **RECOMPOSIÇÕES DE COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, GRUPO**
366 **DE TRABALHO E COLETIVOS INTERNOS – 8.1) Comissão de Ética – 8.1.1**
367 **- Proposta de alteração de Colaboradora para Membro da COE (a fim de**
368 **presidir CI) - Subsele de Sorocaba:** Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445).
369 **8.1.2 - Proposta de exclusão de Membros COE (Pareceres) - Subsele de**
370 **Bauru:** Sandra Elena Sposito (CRP 06/49858); **8.1.3 - Proposta de exclusão de**
371 **Membro da COE - Subsele Vale do Paraíba e Litoral Norte:** Lilihan Martins da
372 Silva (CRP 06/50050). **8.1.4. - Proposta de inclusão de Membro da COE -**
373 **Subsele Vale do Paraíba e Litoral Norte** - Nicole Nöthen de Oliveira (CRP
374 06/125418). **8.1.5 - Proposta de inclusão de Membro da COE – Sede -** Maíke
375 Alves da Rosa (CRP 06/129131). **8.1.6 - Proposta de inclusão de conselheiro**
376 **Membro da COE** – Bruna Lavinias Jardim Falleiros (06/87314). **8.1.7 - Exclusão**
377 **de colaborador de COE – ABC - Wellington Oliveira Buosi.** **Encaminhamento:**



378 O Plenário concorda e referenda as alterações indicadas na Comissão de
379 **Ética. 8.2) Comissão de Orientação e Fiscalização – 8.2.1 - Proposta de**
380 **inclusão de Colaboradora para a COF - Subsede de Sorocaba - Lais Vieira de**
381 **Campos (CRP 77130); Priscila Keiko Shiguematsu (CRP 74214); 8.2.2 -**
382 **Proposta de exclusão de Colaboradora da COF - Subsede Vale do Paraíba e**
383 **Litoral Norte - Lilihan Martins da Silva (CRP 50050) 8.2.3 - Proposta de**
384 **inclusão colaboradora na COF - Ilana Mountian (06/49788). Encaminhamento:**
385 O Plenário concorda e referenda as alterações indicadas para a Comissão de
386 Orientação e Fiscalização. **IX) PONTOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA -**
387 Tendo em vista o adiantado da hora, o plenário acordou que os pontos
388 restantes sejam repautados na Próxima Plenária Ordinária: 1) Organização
389 Dos Coletivos Internos do CRP SP; 2) Recomposições de Comissões
390 Gestoras, Permanentes, Grupo de Trabalho e Coletivos Internos; 3)
391 Composição dos Núcleos; 4) VIII Prêmio Arthur bispo do rosário; 5) Comissão
392 de Orientação e Fiscalização – COF – Coaching e Psicologia; 6) Participação
393 dos Colaboradores em reuniões de Núcleos e Comissões na Sede; 7)
394 Avaliação do planejamento estratégico; 8) Avaliação do processo de trabalho
395 dos conselheiros; 9) Relatório da reunião com secretária nacional de promoção
396 dos direitos humanos; 10) Representações em entidades / órgãos de controle
397 social; 11) Comissão de comunicação; 12) Campanha Janeiro Branco; 13) GT
398 história e memória da psicologia; e, 14) Análise de Conjuntura. Nada mais
399 havendo a tratar, o senhor conselheiro presidente deu por encerrada a sessão
400 às 19 horas, da qual a conselheira vice-presidenta, Clarice Pimentel Paulon,
401 lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os
402 presentes. São Paulo, vinte e um de janeiro de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Clarice Pimentel Paulon

Evelyn Sayeg

Fábio Silvestre da Silva

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria Rozineti Gonçalves



Monalisa Muniz Nascimento

Regiane Aparecida Piva

Reginaldo Branco da Silva

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Vinicius Cesca de Lima

Beatriz Marques de Mattos

Bruna Lavinias Jardim Falleiros

Ed Otsuka

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Larissa Gomes Ornelas Pedott

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Maurício Marinho Iwai

Rodrigo Fernando Presotto

Rodrigo Toledo